CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2867/90

INTERESSADA: ROSA MARIA BARRETO

ASSUNTO: Recurso referente à Avaliação Final da EEPSG Pedro Taques, Capital.

RELATORA: Cons^a MARIA ELOÍSA MARTINS COSTA

PARECER CEE Nº 1139/90 - APROVADO EM 19/12/1990

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

A Sra. Sônia Batista da Silva Rodrigues, mãe da aluna ROSA MARIA BARRETO, da 8ª série do 1º grau, da EEPSG Pedro Taques, 21ª D.E. Capital, solicita ao Conselho Estadual de Educação a reconsideração da decisão do Conselho de Classe, antes da recuperação final (Português, Matemática e Desenho Geométrico).

Dirige-se, de início, à direção da escola, para recorrer da decisão do Conselho de Classe em 14.12.89. A direção da Escola reuniu novamente o Conselho da 8ª série em 18.12.89 que ratificou a decisão, mantendo a retenção da aluna.

Inconformada, a mãe da aluna, procurou a Prof^a de Desenho, Geométrico que justificou o conceito atribuído à aluna em função de suas ausências às aulas de reposição, aos sábados (a aluna é adventista).

Em 19.12.89. foi protocolado na 21ª D.E. o pedido de reconsideração. O expediente foi enviado a U.E, para ser instruído conforme Resolução SE 235/87, retornando a 21ª D.E. em 22.12.89 devidamente informado.

Ao proceder a verificação da situação escolar da aluna, o Sr. Supervisor de Ensino, em seu relatório assim se manifesta: "somos pela aprovação da aluna em Desenho Geométrico, tendo a aluna direito a período de recuperação em Português e Matemática a partir do primeiro (1º) dia letivo de 1990."

No referido relatório, o Supervisor alerta o Professor de Português para o cumprimento do parágrafo 1º, do artigo 14, da lei 5692/71 e artigo 77 do Decreto 10.623/77 referentes ao processo de avaliação, observando, ainda, que as avaliações "não possuem datas..., dificultando, portanto, uma análise mais profunda quanto ao desempenho ascendente ou descendente da aluna ao longo do ano e, número insuficiente de avaliações ao longo do ano."

O parecer da Supervisão de Ensino foi acolhido pela Sra Delegada de "Ensino em 29.12.89.

Em 13.03.90, o sr. Supervisor de Ensino compareceu à escola, solicitando à direção que "fizesse realmente a recuperação da aluna Rosa Maria Barreto, em Português e Matemática, visto ser direito da mesma. "So-

licitou, também, aos professores que fizessem o plano de recuperação, organizassem o horário e que a direção da escola convocasse, por escrito o aluno". "Que, durante o período de recuperação a aluna fosse avaliada várias vezes e com diferentes tipos de avaliação."

A escola cumpriu o determinado pela supervisão de ensino, convocando os pais da aluna para tomarem ciência dos dias e horários da recuperação de Matemática e Português, tendo cada disciplina 4 aulas e dois dias para avaliação. Foram feitos os Planos de Recuperação e lista de presença.

Após as aulas de recuperação e avaliação, a aluna obteve conceito D em duas disciplinas.

Reunido o Conselho de Classe em 23.3.90, os professores mantiveram a retenção da aluna.

Os autos foram encaminhados ao CEE através do Gabinete da Secretaria da Educação.

2. APRECIÇÃO

Versam os autos sobre pedido de reconsideração de retenção na 8ª série, em 1989, de Rosa Maria Barreto, aluna da EEPSPG "Pedro Taques", 21ª D.E. - DRECAP-3.

A Lei 5.692/71 estabelece, em seu artigo 14, que a função de avaliação deve ficar a cargo dos estabelecimentos de ensino de acordo com o que dispuser seu Regimento Interno.

A aluna em tela não obteve a média mínima para aprovação em 3 disciplinas: Português, Matemática e Desenho Geométrico, o que não lhe deu o direito de participar dos estudos de recuperação final. De acordo com o Regimento das Escolas de 1º Grau (Decreto 10.623/77, artigo 8º, Inciso III):

"Será considerado retido, sem direito aos estudos finais de recuperação, o aluno que obtiver, na avaliação final de aproveitamento, conceito correspondente às menções "D" e "E" em três ou mais disciplinas."

Ao analisar o pedido da mãe, o Sr. Supervisor de Ensino, em seu parecer conclusivo, propõe a aprovação da aluna em Desenho Geométrico, tendo, assim, o "direito a período de recuperação em Português e Matemática, a partir do primeiro (1º) dia letivo de 1990."

A supervisão alertou o professor de Português para que seguisse o determinado no art. 77 do Regimento Comum das Escolas Estaduais, isto é, a utilização dos conceitos para expressar o desempenho do aluno, e não "notas" como vinha adotando e, posteriormente, transformando em menções.

O desempenho da aluna, no ano letivo de 1989, foi o seguinte:

Componentes	1º B	2º B	3º B	4º B	Conc.Final
Língua Portuguesa	C	C	D	D	D
Inglês	E	C	B	B	C
Ed. Física	B	D	C	C	B
História	B	B	C	B	B
Geografia	C	B	B	B	B
O.S.P.B.	C	B	C	C	C
Matemática	D	C	C	D	D
Ciências	C	C	C	C	C
Desenho Geométrico	C	C	D	C	D

Pela análise dos resultados das avaliações, constata-se que:

- trata-se de uma aluna com aproveitamento médio;
- em língua Portuguesa seu rendimento escolar regrediu nos 3º e 4º bimestres;
- em Matemática houve uma melhora nos 2º e 3º bimestres, voltando a regredir no 4º bimestre.

No período de recuperação especial, os professores, cumprindo as solicitações da supervisão de Ensino, ofereceram à aluna, oportunidade de superar suas dificuldades através de vários tipos de avaliação.

No entanto, após as avaliações, a aluna obteve conceito D em Língua Portuguesa e Matemática, sendo considerada retida na série.

Os dados constantes dos autos, revelam que a legislação foi obedecida no que diz respeito aos aspectos formais de atendimento à interpo-

sição de recurso, de homologação e decisão dos professores, bem como realização do processo de recuperação.

3. CONCLUSÃO

Indefere-se o recurso da Sra. Sônia Batista da Silva Rodrigues, contra a retenção da aluna ROSA MARIA BARRETO, na 8ª série do 1º grau da EEPSG "Pedro Taques"- 21ª D.E. DRECAP-2.

São Paulo, 21 de novembro de 1990.

a) Consª MARIA ELOÍSA MARTINS COSTA
RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O Conselho Estadual de Educação aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de dezembro de 1990.

a) Consº JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
Presidente